

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.743 - RJ (2019/0131956-9)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**  
**ADVOGADOS : CONRADO VAN ERVEN NETO - RJ066817**  
**BÁRBARA LEMOS SILVA - RJ196817**  
**AGRAVADO : MUCIO EDUARDO AMARANTE COSTA PINTO**  
**AGRAVADO : MUCIO MENICUCCI DA COSTA PINTO**  
**ADVOGADO : FLAVIA LUCIA DOS SANTOS CHATAQUE - RJ129428**  
**AGRAVADO : SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA HOSPITAL**  
**ALBERT EINSTEIN**  
**ADVOGADOS : TATIANA MARIA PAULINO DE SOUSA - SP208032**  
**GISLENE CREMASCHI LIMA - SP125098**  
**ALESSANDRA IMAY - SP287366**  
**ROBERTA SANTOS BARBOSA - SP354262**

### **DECISÃO**

**1.** Cuida-se de agravo interposto por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/A contra decisão do Ministro Presidente desta Corte (fls. 211-212), que não conheceu do agravo em recurso especial em razão da intempestividade desse último.

Sustenta a parte recorrente que entre os dias 23/04/2018 e 1º/05/2018 2018, não houve expediente forense no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, estando suspensos os prazos processuais, sendo pois tempestiva a interposição do recurso especial protocolado em 16/05/2018, já que o acórdão foi publicado em 20/04/2018, não se considerando a suspensão dos prazos nos dias acima (23/04/2018 e 1º/05/2018 2018), o prazo somente se findaria em 18/05/2018.

Alega nas razões do agravo que "... acostada aos autos a comprovação de que os prazos processuais foram suspensos nos dias citados, inferiu-se que o prazo para a interposição do recurso especial teve fim somente em 18 de maio de 2018 e o recurso fora interposto em 16/05/2018. Os documentos juntados são idôneos, pois foram retirados diretamente do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o qual publica notoriamente os comunicados acerca do expediente forense, que podem ser acessados a qualquer tempo." - fl. 219-220

O feito foi redistribuído a este relator, consoante decisão à fl. 247 e termo de distribuição à fl. 251.

Observa-se que consoante julgamento do REsp 1.813.684/SP, ocorrido em 02/10/2019, e publicado no DJe em 18/11/2019, firmou-se a orientação de que haveria modulação dos efeitos daquela decisão, de forma que os recursos interpostos antes da publicação daquele julgado seria permitida a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazo em virtude de feriado local, a teor do § 3º do art. 927 do CPC/2015.

Assim, por meio do Despacho à fl. 252, determinou-se que fosse oportunizada à parte agravante que comprovasse, **por meio de documento hábil**, a existência de feriado local apto a demonstrar a tempestividade do recurso especial.

Em cumprimento, vieram ao autos a Petição de n.º 761.724/2019, acompanhada dos documentos de folhas 256-263, que dispunham sobre a suspensão dos prazos processuais no período acima referido.

Ao final, requer a reconsideração da referida decisão, de modo a propiciar o conhecimento e julgamento do agravo em recurso especial contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado (fl. 51):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.

- Agravante que se insurge quanto a decisão proferida pelo juízo *a quo*, que, em fase de cumprimento de sentença, acolheu parcialmente a impugnação oferecida.

- Primeiro réu, ora recorrente, que realizou o pagamento parcial da condenação, no valor de R\$ 16.290,96, referente à condenação solidária, não obtendo, no entanto, a quitação dos autores (agravados), sob a alegação de que havia saldo remanescente a ser pago no valor de R\$ 30.615,29, neste incluído a multa prevista no artigo 523, § 2º, do CPC.

- Credor que, em se tratando de condenação solidária, pode exigir de qualquer devedor a totalidade da dívida, conforme determina o Código Civil nos artigos 264, 267 e 275.

- No caso de solidariedade passiva, o pagamento parcial não exime os demais obrigados solidários quanto ao restante da obrigação. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça - Correta aplicação da multa, nos moldes do § 2º do artigo 523, do CPC/2015.

DECISÃO MANTIDA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, II, do CPC, e arts. 264, 267 e 275 do CC, e ainda o art. 523, parágrafo 2º, do CPC.

Sustenta, em síntese: **(a)** nulidade do acórdão recorrido, pois, não obstante a oposição de embargos de declaração, os vícios apontados não foram sanados; **(b)** que a execução da diferença deve prosseguir tão somente em face do 2º réu (SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN), já que havia efetuado anteriormente o pagamento de sua “quota” da condenação.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 123-125 e 127-133.

É o relatório.

DECIDO.

2. Inicialmente, a recorrente se insurge, alegando que o recurso especial interposto em 21/11/2018 é tempestivo, em virtude da suspensão dos prazos processuais no

âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sendo que os prazos processuais estiveram sobrestados entre os dias 23/04/2018 e 1º/05/2018, conforme documentos constantes às fls. 526-549.

Com razão a recorrente. De fato, os documentos às fls. 526-549 comprovam a suspensão dos prazos processuais nas datas acima mencionadas. Reconheço, pois, a tempestividade do recurso especial.

**3.** Superada essa questão inicial, passo ao exame de admissibilidade do recurso especial no tocante a apontada ofensa ao disposto no arts. 1.022, II, do CPC, e arts. 264, 267 e 275 do CC, e ainda o art. 523, parágrafo 2º, do CPC.

**3.1.** Primeiramente, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, todas as matérias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

**3.2.** No tocante à solidariedade passiva, o credor tem direito a receber de um ou de todos os devedores, "parcial ou totalmente, a dívida comum" (art. 275 do Código Civil de 2002).

Como consectário, a própria legislação civil confere a solução para a hipótese de pagamento parcial por um dos devedores, nos termos do mencionado art. 275 do Código Civil de 2002:

Art. 275. [...] se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

Portanto, à luz da legislação acima citada, por se tratar de solidariedade passiva, o pagamento parcial não exime os demais obrigados solidários quanto ao restante da obrigação, tampouco o recebimento de parte da dívida induz a renúncia da solidariedade pelo credor.

A propósito, confira-se o seguinte precedente:

-----  
DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. LEGITIMIDADE DE SEGURADORA DIVERSA DA QUE REALIZOU O PAGAMENTO A MENOR. SOLIDARIEDADE PASSIVA. INCIDÊNCIA DO ART. 275, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.

1. A jurisprudência é sólida em afirmar que as seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas.

2. Com efeito, incide a regra do art. 275, caput e parágrafo único, do Código Civil de 2002, segundo a qual o pagamento parcial não exime os demais obrigados solidários quanto ao restante da obrigação, tampouco o recebimento de parte da dívida induz a renúncia da solidariedade pelo

credor.

3. Resulta claro, portanto, que o beneficiário do Seguro DPVAT pode acionar qualquer seguradora integrante do grupo para o recebimento da complementação da indenização securitária, não obstante o pagamento administrativo realizado a menor tenha sido efetuado por seguradora diversa.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1108715/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 28/05/2012)

-----

Assim, se houve o pagamento parcial da dívida, os dois devedores/executados - AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/A (ora agravante) e a SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN - devem responder pela multa incidentebre o saldo remanescente, aplicada com base no parágrafo 2º do art. 523 do CPC.

Dessa forma, não procede a alegação da ora agravante no sentido de que "*a execução da diferença dos termos do julgado deve prosseguir tão somente em face da 2ª Ré, SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA - HOSPITAL ALBERT EINSTEIN*" (fl. 95).

4. Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada da Presidência desta Corte, em juízo de retratação, e nego provimento ao agravo, pelas razões acima elencadas.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator